

Março de 2017 – nº 489

Responsável: Diretoria Colegiada
Secretaria de Tecnologia da Comunicação
Diretor: João Carlos de Rosis



Sindiluta



SINDICATO DOS TRABALHADORES QUÍMICOS, PLÁSTICOS, FARMACÊUTICOS E SIMILARES DE SÃO PAULO E REGIÃO

Mulheres reagem em defesa do direito à aposentadoria

Atos em todo o País reúnem milhares de mulheres em defesa da previdência e pelo direito de se aposentarem aos 60 anos



Trabalhadores não abrem mão de aumento real



A luta desta Campanha Salarial é para garantir um aumento acima da inflação de 5%. Somando a inflação e o aumento real, o índice pleiteado está próximo de 10%. Patrões já estão cientes da pauta



Eduardo Oliveira



EDITORIAL

Governo quer o fim dos direitos dos trabalhadores

No fim de 2016 o governo Temer encaminhou ao Congresso Nacional dois projetos de destruição dos direitos sociais e trabalhistas: o projeto de desmonte da previdência social, considerado o maior ataque aos direitos da classe trabalhadora em décadas, e o projeto de reforma trabalhista, que flexibiliza direitos assegurados pela Constituição Federal.

A reforma da previdência pretende acabar com a aposentadoria por tempo de contribuição, passando a exigir a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres. A dupla condição atual – 65 anos de idade para os homens ou 35 anos de contribuição e 60 anos de idade para as mulheres ou 30 de contribuição – foi uma conquista da democracia brasileira, quando da Assembleia Constituinte de 1988, que reconhece a sociedade desigual que vivemos.

Como todos sabem, em nosso País os mais pobres começam a trabalhar antes dos

16 anos, enquanto os mais ricos entram no mercado de trabalho após concluir os estudos, entre 26 e 30 anos. As mulheres também costumam ter uma situação mais precária no trabalho, em geral ganham menos e sofrem com a dupla jornada. Portanto, é inaceitável tratar realidades tão distintas da mesma forma.

Pela regra atual, um homem que entrou no mercado com 16 anos, após 35 anos de trabalho, se desejar, poderá requerer sua aposentadoria. Porém, se as novas regras forem aprovadas, ele precisará contribuir por 49 anos para conseguir se aposentar aos 65.

Vale lembrar que pelas novas regras é praticamente impossível um trabalhador conseguir se aposentar com o teto do benefício. As mudanças na idade mínima para a aposentadoria, no tempo de contribuição e na forma do cálculo praticamente inviabilizam ao trabalhador se aposentar recebendo o teto do benefício.

Para piorar ainda mais a situação, o governo propõe conjuntamente a reforma trabalhista, que visa flexibilizar direitos e deixar o trabalhador completamente desamparado. Ou seja, será cada dia mais difícil comprovar os anos de contribuição exigidos.

Temer defende a informalidade e a ampliação da jornada de trabalho. Objetivo é atender o setor patronal

O projeto prevê o parcelamento das férias, a jornada parcial com redução de salários, a ampliação de contratações por meio do contrato temporário e admite que o trabalhador possa ficar inteiramente disponível para a empresa e só receber por tarefa realizada.

A reforma trabalhista é a

principal reivindicação dos setores patronais, que almejam adequar o ritmo do trabalho às flutuações dos seus negócios. O objetivo é ter o trabalhador disponível 24 horas por dia ao menor custo possível. Isso significa estimular os contratos de trabalho temporários e flexíveis, estender a jornada de trabalho (de 8 para até 12 horas por dia) sem pagamento de horas extras e ampliar o banco de horas.

Ampliar a jornada é um grande retrocesso, pois sobrecarrega quem está trabalhando, piora as condições de saúde e contribui para o aumento do desemprego. Além disso, essa medida é totalmente incompatível com a realidade brasileira, que hoje contabiliza 11% de sua população ativa em busca de emprego.

Cabe lembrar, ainda, que o projeto da terceirização – Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2015 (PLC 30/2015), antigo Projeto de Lei 4330 (PL 4330) –,

anterior à reforma apresentada por Temer, ganha força agora, com a posição do governo favorável à flexibilização de direitos. Esse projeto, já aprovado na Câmara dos Deputados, permitirá às empresas terceirizarem toda a sua atividade.

Nosso Sindicato já se posicionou veementemente contra esse projeto devastador aos trabalhadores, que reduz salários, aumenta a jornada e adoce e fragmenta a classe trabalhadora.

A perversidade do que está por vir é assustadora. Estimular a informalidade é irresponsabilidade. Temer vai ampliar a legião de desempregados e informais e com isso arrasar a previdência, que a cada dia terá menos trabalhadores contribuindo.

O momento é de luta e resistência. É preciso barrar a aprovação desses projetos e garantir os direitos dos trabalhadores.

Diretoria colegiada



Farmacêuticos aprovam pauta de reivindicações

Reposição integral da inflação e mais 5% de aumento real é a prioridade do setor, que já entregou a pauta aos patrões



Assembleia aprova reposição da inflação com ganho real



Patrões já têm conhecimento da pauta e negociações começam em breve

Os trabalhadores do setor farmacêutico aprovaram a pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2017 no sábado, dia 4, em assembleia realizada na subsede da Lapa. A pauta foi entregue aos patrões no dia 9 de março.

Os farmacêuticos vão lutar pela reposição da inflação, mais 5% de aumento real em todas as faixas salariais, e por uma PLR (Participação nos Lucros e Resultados) de dois pisos reajustados.

A inflação acumulada nos 12 meses referentes à data-

-base dos farmacêuticos (de abril a abril) está estimada em 4,88%, segundo o INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Portanto, o reajuste total pleiteado está bem próximo de 10%. “O setor farmacêutico continua produzindo e vendendo bem, logo, não há justificativa para não negociar reajuste acima da inflação. Entendemos que a inflação é a reposição de uma perda passada e que o trabalhador precisa de um ganho real”, expli-

ca Adir Teixeira, secretário de Organização do Sindicato.

O sindicalista lembra o bom desempenho da indústria farmacêutica (veja números ao lado) e diz que a categoria está preparada para pressionar. “O momento exige mobilização. Estamos em Campanha Salarial, mas também estamos lutando pela manutenção dos nossos direitos e da aposentadoria. O governo que está aí quer acabar com a classe trabalhadora, mas nós estamos organizados para defender os nossos direitos”, avisa Teixeira.

Conheça alguns números do setor

- O setor faturou R\$ 87,1 bilhões em 2016, um crescimento de 15,4% em relação a 2015.
- Descontados os impostos, o saldo também foi positivo. Líquido, o setor faturou R\$ 50,8 bilhões no período, um crescimento de 13,7% em relação ao ano anterior.
- O setor gerou 178 novas vagas na base do nosso Sindicato em 2016

Fonte: Sindusfarma/Caged

FIQUE POR DENTRO DA PAUTA

- Reposição da inflação e 5% de aumento real para todas as faixas salariais.
- PLR correspondente a dois pisos salariais.

Sorteio de vagas para o feriado

O sorteio de vagas para o feriado de Tiradentes (21 de abril), nas colônias de Caraguatatuba, Solemar e no Clube de Campo de Arujá, será realizado no dia 19 de março, domingo, às 10h, na sede do Sindicato (Rua Tamandaré, 348 – Liberdade). O período de estadia é de 21 a 23 de abril.

Para participar, os sócios interessados devem retirar uma senha entre os dias 6 e 17 de março, na subsede mais próxima. É preciso levar o RG, ou outro documento com foto, e a carteirinha de associado. Cada sócio receberá uma senha e as regras do sorteio.

No dia 19 de março, o sócio deverá comparecer à sede do Sindicato com a senha, o RG, ou outro documento com foto, e a carteirinha de associado. Caso não possa comparecer

no dia, ele poderá ser representado por outra pessoa, que deve estar com os documentos do associado. É importante lembrar que cada pessoa pode representar apenas um sócio.

O portão será fechado às 10h para o início do sorteio, e o horário será rigorosamente respeitado.

Para os outros períodos do ano, as reservas do clube de campo e das colônias podem ser feitas diretamente no Sindicato, com antecedência mínima de 30 dias.

Para facilitar o atendimento aos associados, agora o Sindicato aceita cartão de crédito e débito para o pagamento das reservas do clube de campo e das colônias de férias. A nova forma de pagamento está disponível em todas as subsedes.

Indústria ganha isenção de impostos por doar remédios para prefeitura



O governo de São Paulo garantiu a isenção do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços) para 165 medicamentos doados pela indústria farmacêutica ao programa *Remédio mais Rápido*, da prefeitura de São Paulo.

Esses medicamentos, que serão distribuídos aos usuários das UBSs (Unidades Básicas de Saúde), já seriam

recolhidos para incineração por estarem perto de perder a validade. “A indústria está se beneficiando duplamente. Deixa de gastar com o custo da incineração e será beneficiada com a redução do ICMS. Resta saber se a logística de distribuição dará conta de fazer com que esses medicamentos cheguem aos usuários antes do fim da validade”, questiona Osvaldo Bezerra, coordenador geral do Sindicato.

Mulheres tomam as ruas em defesa da aposentadoria

Os tradicionais atos realizados pelos movimentos de mulheres no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, este ano se transformaram em grandes protestos em todo o País contra a reforma da previdência.

Em São Paulo, a concentração organizada pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) no viaduto Santa Ifigênia contou com total apoio das trabalhadoras químicas. Mais tarde elas seguiram em caminhada pelo centro de São Paulo para se encontrarem com outros movimentos de mulheres que também protestavam.

A proposta do governo Temer é igualar as condições de aposentadoria entre homens e mulheres, ampliando o tempo de contribuição, sem levar em consideração as diferenças sociais e de gênero.

No caso das mulheres, a idade mínima para se aposentar passará dos atuais 60 anos para 65 anos, somada ao tempo mínimo de contribuição, que sobe de 15 para 25 anos. “O projeto não leva em conta a dupla jornada de trabalho da mulher. Também não considera que as mulheres são as mais vulneráveis ao desemprego e que dificilmente conseguem se manter no mercado de trabalho por tanto tempo”, explica Celia Alves dos Passos, secretária da Mulher, do Sindicato.

De acordo com a sindicalista, o governo desconsidera a discriminação que as mulheres ainda sofrem no mercado de trabalho. “As mulheres, em geral, ganham 25% menos que os homens e são excluídas das melhores ocupações”, alerta.



Eduardo Oliveira

Mulheres tomam as ruas para defender o direito de se aposentar aos 60 anos

Além da questão previdenciária e da discriminação no mercado de trabalho, as mulheres lembraram que a violência ainda é um tema importante e que precisa ser combatido. O Brasil figura entre os cinco paí-

ses do mundo com maior número de mulheres assassinadas por crimes de violência sexista. “A violência é ainda mais perversa entre as mulheres negras e as mais pobres. Por isso a independência financeira é tão

importante”, avalia Celia.

Novos protestos em todo o País são chamados pela CUT e pelas demais centrais sindicais para o dia 15 de março (quarta-feira). Em São Paulo, a concentração será na Avenida Paulista.

Com a reforma da previdência sua aposentadoria já era!

O governo Temer quer acabar com a previdência social usando o argumento de que ela é deficitária, quando na verdade não é (veja ao lado). As mudanças que esse governo quer impor ao trabalhador brasileiro vão liquidar

o sistema previdenciário e em pouco tempo nenhum trabalhador conseguirá se aposentar. Conheça algumas das principais alterações que vão dificultar o acesso à aposentadoria e rebaixar o valor do salário-benefício.

- Idade mínima para se aposentar passa a ser de 65 anos para homens e mulheres.
- O tempo mínimo de contribuição passa de 15 para 25 anos.
- O tempo de contribuição necessário para aposentadoria com 100% do teto do INSS passa a ser de 49 anos.
- As pensões por morte passam a ser de 50% do valor do benefício recebido pelo contribuinte, acrescido de 10% por dependente.

Déficit não existe

Ao contrário do que o governo divulga e do que a mídia tenta nos convencer, a previdência social não é deficitária. Ela é superavitária, arrecada mais do que gasta.

O sistema de seguridade social tem várias fontes de receita – contribuições ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), PIS (Programa de Integração Social), Papep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), receita de concurso de prognósticos, dentre outras. Entretanto, para nos fazer acreditar no déficit, o governo manipula o cálculo contábil. A matemática do governo leva em conta apenas a contribuição ao INSS e dela deduz o total de benefícios

previdenciários pagos. Dessa forma, chega a um déficit de R\$ 85 bilhões em 2015.

No entanto, esse número está incorreto. A forma certa de fazer a conta é somar todas as fontes de receita e então deduzir as despesas com saúde, previdência e assistência social. Assim o resultado é bem diferente. Em 2015, por exemplo, o superávit foi de R\$ 11 bilhões, sendo que em anos anteriores, antes da crise econômica, o resultado foi ainda melhor.

A realidade é que o governo se apropria de parte da verba da previdência para outros fins, inclusive o pagamento de juros da dívida pública. Ele faz isso por meio da DRU (Desvinculação de Receitas da União), uma regra que permite que 30% das receitas da União possam provisoriamente ser

desvinculadas das destinações fixadas na Constituição. Na prática, uma artimanha que regulariza o desvio do dinheiro para outros fins.

Além disso, o governo deixa de arrecadar mais de R\$ 200 bilhões referentes à renúncia fiscal e a desonerações.

Investigação

O senador Paulo Paim (PT/RS), com a Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos), conseguiu o número mínimo de assinaturas necessárias para a abertura de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar a real situação econômica da previdência social. A investigação vai contra os argumentos do governo de que há um rombo na previdência, o que justifica a sua reforma.